



PODCAST DO CORREIO

Palmares, 37 anos: a luta pelo valor da cultura negra

Para João Jorge Rodrigues, presidente da fundação, país ainda tem dificuldades de reconhecer a importância da presença e da contribuição dos afro-brasileiros à formação da sociedade. Ele lamenta que faltem políticas públicas para superar essa barreira

» RAFAELA BOMFIM*

Reprodução/Podcast do Correio

A Fundação Cultural Palmares completa, hoje, 37 anos com um alerta do presidente João Jorge Rodrigues: o Brasil não pode continuar ignorando a importância da história e da cultura afro-brasileira sem arcar com graves consequências sociais, econômicas e políticas. A afirmação foi feita em entrevista concedida ao Podcast do Correio, às jornalistas Aline Gouveia e Jaqueline Fonseca. Criada em 1988, a autarquia é o resultado da mobilização do movimento negro, que denunciava a exclusão e as desigualdades persistentes, mesmo 100 anos depois da abolição da escravidão.

Segundo João Jorge, quando a fundação foi criada, a pressão social era intensa, pois o fim da escravidão no Brasil era considerada incompleta e a população negra permanecia nas piores condições sociais. Mas, para ele, esse cenário mudou pouco em quase quatro décadas. "Ou o Brasil encara isso agora, ou vai pagar a conta no futuro", alerta.

A Palmares nasceu com a missão de proteger territórios quilombolas, valorizar tradições religiosas de matriz africana e dar visibilidade à história negra no país. João Jorge lembra que a criação da autarquia foi uma resposta para reparar uma injustiça histórica. Ele destaca que o Brasil abriga a maior população negra fora da África, mas ainda convive com índices alarmantes de desigualdade. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que pessoas negras representam mais da metade da população, mas concentram as maiores taxas de pobreza, violência e desemprego. Conforme observa, essa realidade é consequência direta do racismo estrutural.

João Jorge também aponta que a falta de articulação entre ministérios e o enfraquecimento das políticas públicas agravam a situação. "Nos últimos anos, isso se perdeu. Agora, estamos reconstruindo", afirma.

Desde que assumiu a presidência, adotou como prioridade a



Aponte a câmera do celular para o QR code e assista à entrevista completa na página do Podcast do Correio no YouTube

recuperação da estrutura da fundação e a autoestima da equipe. Entre as ações iniciais, cita a preservação do acervo da biblioteca, que estava ameaçado. Outra medida que

implantou foi a inauguração da nova sede, no Setor de Autarquias Sul, em Brasília.

"Brasília não tinha um centro cultural afro. Agora tem", destaca. O espaço conta com auditório, área para exposições, biblioteca digital e ambientes voltados à juventude.

A fundação também prepara projetos para digitalizar acervos, promover inclusão digital em comunidades tradicionais e ampliar o fomento à cultura afro-brasileira. Para João Jorge, a proposta é mais ampla que a preservação da memória: envolve oportunidades de educação, emprego e renda.

Apesar das mudanças recentes, o presidente da Palmares avalia que a pauta racial ainda ocupa lugar secundário nas prioridades do país, o que pode trazer consequências sérias. Ele compara com a área ambiental, onde a falta de prevenção

resultou em barreiras tarifárias e restrições comerciais para produtos brasileiros no exterior.

Barreiras

"Hoje, existem barreiras relacionadas ao desmatamento. Amanhã, poderão surgir medidas por violação de direitos humanos e discriminação racial", observa. João Jorge lembra, ainda, compromissos internacionais, como o Plano de Ação da Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024), das Nações Unidas, e crítica o descumprimento das metas assumidas pelo Brasil.

Uma das prioridades para a Fundação é a efetivação da Lei 10.639/03, que determina o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. "Essa lei tem 20 anos e ainda não é aplicada de

forma plena", lamenta. Para ele, a ausência desse conteúdo nos currículos escolares impede que as novas gerações compreendam a diversidade do país.

O presidente da Palmares reforça que a educação é o caminho para combater o racismo estrutural. Se a verdadeira história do Brasil não for contada, diz, as desigualdades continuarão se reproduzindo.

Outro ponto de atenção, segundo João Jorge, é a propagação do racismo nas redes sociais. Em sua avaliação, a internet tem sido usada para estimular discriminação e violência. "É preciso regulamentar para proteger direitos", afirma, destacando que a impunidade em crimes virtuais fortalece discursos de ódio e de ameaça à democracia.

João Jorge resume o desafio da instituição em três pontos: valorizar



Hoje, existem barreiras relacionadas ao desmatamento. Amanhã, poderão surgir medidas por violação de direitos humanos e discriminação racial"

É preciso regulamentar (as redes sociais) para proteger direitos"

João Jorge Rodrigues, presidente da Fundação Cultural Palmares

CONFERÊNCIA DO CLIMA

Do porto à COP em 30 minutos

» VANILSON OLIVEIRA

A Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), responsável pela comunicação da COP30, reafirmou que os participantes do evento, que ficarão hospedados em dois transatlânticos — o MSC Seaview e o Costa Diadema —, conseguirão realizar o trajeto do Porto de Outeiro, que fica na ilha Caratateua, até o centro de Belém, onde acontecem os eventos, em um prazo máximo de 30 minutos. Os navios foram a solução encontrada pelo governo federal para suprir a falta de leitos na capital paraense. Juntas, as embarcações possuem 6 mil acomodações. A COP30 acontece de 10 a 21 de novembro.

Segundo a Secom, os navios vão transitar pelos rios da região, sem impedimentos. "Os navios ficarão atracados no pier, com acesso direto à terra. A obra de ampliação do pier é justamente para permitir

a atracação dos navios de cruzeiro no local. Não existe problemas com a profundidade de calados (porção do navio que fica submersa). O terminal portuário de Outeiro tem profundidade natural suficiente para a atracação segura de navios", diz a nota.

A comunicação oficial também afirmou que o traslado do Porto de Outeiro até o evento será realizado por uma estrada exclusiva e sem impedimentos. "O caminho utilizado hoje para o espaço da Conferência não será o caminho utilizado no momento da COP, após o término das obras. Da ponte nova, vai de ônibus até o local da COP. E justamente por ser um caminho exclusivo e diferente, o fluxo atual não vai influenciar esse trajeto", explica a Secom.

A Secom também atualizou informações sobre o andamento das

obras. Diferentemente do que informou o Ministério de Portos e Aeroportos ao Correio, de que a obra está 50% finalizada, a Secom garante que o avanço é superior. "As obras ultrapassaram 70% dos serviços concluídos", informa a nota.

O governo também esclareceu que a origem do investimento é da Companhia Docas do Pará, em parceria com a Itaipu Binacional, e não do governo federal, como também foi repassado ao Correio pelo Ministério de Portos e Aeroportos. "A obra é um projeto da Companhia Docas do Pará, em parceria com a Itaipu Binacional", corrige a resposta oficial.

O Correio questionou a Secom da Presidência como foram feitos os cálculos para se percorrer 25km em 30 minutos; qual velocidade seria necessária para realizar o percurso; e como está o andamento da obra do BRT, sobre a qual a Prefeitura de Belém se recusou a passar informações. Mas não recebeu resposta.

Diretoria de Infraestrutura/Secop



Outeiro receberá dois grandes navios para abrigar participantes do evento

A reportagem também procurou a Companhia das Docas do Pará para saber se houve dragagem do rio Pará, nas proximidades do Porto de Outeiro; se o calado é suficiente para suportar os navios

transatlânticos; e se foi realizada a batimetria, que é a medição da profundidade das massas de água para determinação da topografia do seu leito — mas não houve retorno até o fechamento desta reportagem.

» Helder defende ação contra abusos

O governador do Pará, Helder Barbalho, defendeu, ontem, medidas para coibir abusos da rede hoteleira do estado, que vem majorando acima do razoável os preços das hospedagens em Belém por causa da COP30. Em razão dos aumentos estratosféricos dos custos de hospedagem, alguns países estudam reduzir o tamanho das delegações ou até mesmo não enviar representantes. "O primeiro passo já está garantido, que é a oferta de leitos. Hoje, nós temos 53 mil leitos disponíveis", garantiu. Para o governador, é preciso "combater a abusividade por meio da Defensoria Pública, da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, através do Ministério Público, e da própria Polícia Civil, para que possa notificar as plataformas de aluguel de temporada e plataformas de oferta de leitos de hotéis".